



Meus Irmãos e Minhas Irmãs.

Paz e Bem!

Neste tempo em que se aproximam as Eleições Municipais volto a encaminhar a todos vocês algumas Orientações sobre as Eleições 2016. Desejo que esta se torne um bom instrumento de reflexão e ajude a todos a exercer com dignidade seu voto consciente.

"Para ver o universal e imanente Espírito da Verdade face a face é preciso ser capaz de amar a mais ínfima das criaturas como se ama a si próprio. E um homem que a isso aspira não pode ser omissos em nenhum aspecto de vida. Daí por que minha opção à Verdade conduziu-me ao campo da política. (...) AQUELES QUE DIZEM QUE A RELIGIÃO NADA TEM A VER COM POLÍTICA NÃO SABEM O QUE A RELIGIÃO SIGNIFICA." Mahatma Ghandi.

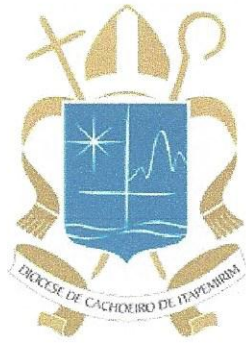
Se nós cruzarmos os braços e não participarmos das eleições será um erro. A Bíblia nos ensina uma fabula bonita em Juizes 9,7-16. Era tempo de escolher um líder. A oliveira achou que devia cuidar da pureza do seu precioso óleo, e não aceitou. A figueira entendeu que deveria cuidar da doçura dos seus frutos, e não aceitou. A videira foi cuidar do seu vinho novo que alegrava o coração de todos, e não aceitou. Sobrou o espinheiro. Este aceitou na hora, mas já deixou claro que todos deveriam abrigar debaixo de sua sombra, isto é, dos seus ramos cheios de espinhos. A figueira e a oliveira representam pessoas honestas, éticas e compromissadas com a luta pelo bem comum. Produzem frutos que alimentam o povo. O espinheiro mente, pois não tem sombra; é estéril e só tem espinhos. Moral da história: se nós, que ainda temos consciência e desejo de construir uma nova sociedade, ficarmos quietos, os espinheiros vão tomar conta de tudo...

Jesus Cristo ensina que Ele veio testemunhar a chegada do Reino de Deus. O Reino acontece através da graça de Deus e da nossa participação. A participação política é uma maneira de ajudar o Reino de Deus acontecer. Portanto, se não fizermos a nossa parte e se ficarmos parados, estamos atrapalhando o Projeto de Deus. Nossa missão é sermos o "sal da terra e a luz do mundo" (Mt 5,13-16). O eleitor cristão não pode se omitir. É chamado a sair da atitude de indiferença, passividade e descrença diante das eleições. Precisa participar, não só buscando conhecer os candidatos, suas propostas e as de seu partido como também acompanhá-los depois de eleitos, fiscalizando sua atuação, cobrando digno desempenho de seu mandato e apoiando suas iniciativas a favor do povo.

Em 2002 a CNBB lançou o Doc. 67, onde orientava os cristãos católicos e os cidadãos sobre as eleições, e que serve para nós hoje. Nos números 53 a 58 desse documento se traçava as ORIENTAÇÕES PRÁTICAS:

53. À Igreja Católica no Brasil, por meio de Documentos da CNBB e de iniciativas diocesanas, procurará: a) conscientizar cidadãos e cidadãs da sua responsabilidade de votar e

Diocese de Cachoeiro de Itapemirim
Rua Costa Pereira, 39 – Centro – Cach° de Itapemirim – ES – CEP 29.300-090
Tel.: (28) 2101-7610/ Cel: (28) 9-9881-5911



votar bem, tendo presente que seu voto tem valor, escolhendo com cuidado os candidatos a serem votados nos diversos níveis; para isso poderá produzir cartilhas, volantes, cartazes, programas radiofônicos; **b)** promover debates e reflexões sobre programas e candidatos, a fim de propiciar uma melhor avaliação deles; **c)** organizar também Seminários, encontros e outras modalidades, para debate e aprofundamento de temas sociopolíticos mais específicos da região ou do lugar, a fim de envolver mais eficazmente um número maior de pessoas; **d)** estimular para que a escolha do candidato se faça a partir do seu programa, do seu respeito ao pluralismo cultural e religioso, do seu comportamento ético e de suas qualidades (como honestidade, competência, liderança, transparência, vontade de servir ao bem comum, comprovada pela atuação anterior...), do seu compromisso com a justiça e com a causa dos marginalizados, com especial Atenção a um programa de ação consoante com aquele proposto neste Documento; **e)** criar ou fortalecer Comitês contra a Corrupção eleitoral e para a aplicação da Lei n. 9.840, que proíbe a compra de votos e o uso da máquina administrativa; **f)** incentivar de modo especial a participação das mulheres na política e contribuir para que elas preencham o número de vagas que lhes são reservadas por lei; **g)** valorizar os candidatos católicos eleitos, acompanhando-os no exercício de seu mandato e procurando manter relações de diálogo com a comunidade eclesial.

54. A Igreja não indicará candidatos e partidos por meio da sua hierarquia, mas, para realizar os objetivos e atividades acima indicados, os fiéis leigos serão incentivados a promover grupos de "Fé e Política", ou outra forma de organização que os ajude a assumir um papel ativo na conscientização e formação política.

55. A Igreja poderá divulgar informações sobre os candidatos, cuidando da exatidão das informações e de fazê-lo rigorosamente dentro das exigências da Lei.

56. Para evitar dispersão de votos, recomenda-se que, na escolha dos candidatos, os eleitores católicos procurem agir em parceria com movimentos populares, associações de bairro ou outras expressões da sociedade civil, evitando a identificação da Igreja com um candidato ou um partido.

57. É oportuno exercer a vigilância com relação aos partidos que continuam indicando como seus candidatos *pessoas* comprovadamente inescrupulosas. Os eleitores devem ser orientados a não apoiar tais candidatos, e até recusar qualquer candidato de um partido que acoberte tais pessoas.

58. Recomenda-se particular cuidado quanto aos partidos que incluem em suas listas líderes católicos, com a única função de somar votos para a sigla. Os votos dados a tais candidatos contribuem para a eleição de políticos nem sempre merecedores de apoio.

Ainda os Bispos do Brasil na Mensagem para as Eleições 2016 lançaram algumas orientações:



1 - Os cristãos leigos e leigas não podem “abdicar da participação na política” (Christifideles Laici, 42). A eles cabe, de maneira singular, a exigência do Evangelho de construir o bem comum na perspectiva do Reino de Deus. Contribui para isso a participação consciente no processo eleitoral, escolhendo e votando em candidatos honestos e competentes. Associando fé e vida, a cidadania não se esgota no direito-dever de votar, mas se dá também no acompanhamento do mandato dos eleitos

2 - Para escolher e votar bem é imprescindível conhecer, além dos programas dos partidos, os candidatos e sua proposta de trabalho, sabendo distinguir claramente as funções para as quais se candidatam. Dos prefeitos, no poder executivo, espera-se “conduta ética nas ações públicas, nos contratos assinados, nas relações com os demais agentes políticos e com os poderes econômicos”². Dos legisladores, os vereadores, requer-se “uma ação correta de fiscalização e legislação que não passe por uma simples presença na bancada de sustentação ou de oposição ao executivo”³.

É fundamental considerar o passado do candidato, sua conduta moral e ética e, se já exerce algum cargo político, conhecer sua atuação na apresentação e votação de matérias e leis a favor do bem comum. A Lei da Ficha Limpa há de ser, neste caso, o instrumento iluminador do eleitor para barrar candidatos de ficha suja.

3 - É preciso estar atento aos custos das campanhas. O gasto exorbitante, além de afrontar os mais pobres, contradiz o compromisso com a sobriedade e a simplicidade que deveria ser assumido por candidatos e partidos. Cabe aos eleitores observar as fontes de arrecadação dos candidatos, bem como sua prestação de contas. A lei que proíbe o financiamento de campanha por empresas, aplicada pela primeira vez nessas eleições, é um dos passos que permitem devolver ao povo o protagonismo eleitoral, submetido antes ao poder econômico. Além disso, estanca uma das veias mais eficazes de corrupção, como atestam os escândalos noticiados pela imprensa. Da mesma forma, é preciso combater sistematicamente a vergonhosa prática de “Caixa 2”, tão comum nas campanhas eleitorais.

4 - A compra e venda de votos e o uso da máquina administrativa nas campanhas constituem crime eleitoral que atenta contra a honra do eleitor e contra a cidadania. Exortamos os eleitores a fiscalizarem os candidatos e, constatando esse ato de corrupção, a denunciarem os envolvidos ao Ministério Público e à Justiça Eleitoral, conforme prevê a Lei 9840, uma conquista da mobilização popular há quase duas décadas.

5 - A Igreja Católica não assume nenhuma candidatura, mas incentiva os cristãos leigos e leigas, que têm vocação para a militância político-partidária, a se lançarem candidatos. No discernimento dos melhores candidatos, tenha-se em conta seu compromisso com a vida, com a justiça, com a ética, com a transparência, com o fim da corrupção, além de seu testemunho na comunidade de fé. Promova-se a renovação de candidaturas, pondo fim ao carreirismo político




6 - Após as eleições, é importante a comunidade se organizar para acompanhar os mandatos dos eleitos. Os cristãos leigos e leigas, inspirados na fé que vem do Evangelho, devem se preparar para assumir, de acordo com sua vocação, competência e capacitação, serviços nos Conselhos de participação popular, como o da Educação, Saúde, Criança e Adolescente, Juventude, Assistência Social etc. Devem, igualmente, acompanhar as reuniões das Câmaras Municipais onde se votam projetos e leis para o município.

Observação:

1. *Lembro o que tem sido orientado em eleições passadas: Os leigos e leigas que têm uma participação mais efetiva em nossas Comunidades Eclesiais, tais como Ministros Extraordinários da Proclamação da Palavra e da Distribuição da Comunhão, Testemunhas Qualificadas para o Matrimônio, Coordenadores (as) de Comunidades ou outras importantes Funções nas Comunidades, que se apresentarem como candidatos (as) a cargos eletivos, para evitar qualquer mal estar, esse período que antecede as eleições (campanha) os mesmos fiquem afastados de seus ministérios. (Não deixandode participar da Comunidade). Uma vez realizada as eleições(sendo bem sucedido ou não depois de 15 dias retorne aos seus ministérios).*
2. *É dever do cidadão e da cidadã acompanhar os passos de seu representante, não abandonar o eleito, mas cercá-lo de atenção crítica, para que o mandato corresponda aos interesses públicos.*

Que o Deus da Paz e da Justiça permita acontecer neste tempo da Campanha eleitoral nas cidades de nossa Diocese de Cachoeiro de Itapemirim num clima de serenidade e equilíbrio. Com minha bênção de Pastor desta Diocese.


D. Dario Campos, OFM
Bispo Diocesano